



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
**POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL**  
Assessoria Jurídico-Legislativa

**POLÍCIA MILITAR**  
DISTRITO FEDERAL

Informação Técnica n.º 102/2020 - PMDF/GCG/AJL

Brasília-DF, 14 de dezembro de 2020.

**Assunto:** Estudos sobre as verbas que compõem a remuneração e os proventos do policial militar, que possuem caráter permanente.

**Interessado:** Polícia Militar do Distrito Federal. Departamento de Gestão de Pessoal.

## **I - RELATÓRIO**

Versam os presentes autos sobre dúvida da Administração relacionada à identificação das verbas salariais que compõem permanentemente a remuneração e os proventos do policial militar, na forma da legislação que rege os militares do Distrito Federal.

Com efeito, a presente análise visa dirimir quaisquer dúvidas acerca do tema em questão a fim de conferir segurança jurídica à Administração castrense, bem como aos seus gestores. É o breve relatório.

## **II - FUNDAMENTAÇÃO**

### **II. 1 - Do Regime Jurídico dos Policiais Militares do Distrito Federal**

Em linhas gerais, antes de responder quais verbas integram permanentemente a remuneração ou os proventos, convém mencionar que os policiais militares desta Corporação são considerados militares do Distrito Federal e possuem características especiais que os diferenciam dos demais servidores públicos civis, conforme previsto no § 1º art. 42 e inciso X do § 3º do art. 142 da Constituição da República, assim vejamos:

#### **Constituição Federal de 1988**

#### **SEÇÃO III**

#### **DOS MILITARES DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS**

Art. 42 Os membros das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, instituições organizadas com base na hierarquia e disciplina, são militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

§ 1º Aplicam-se aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, além do que vier a ser fixado em lei, as disposições do art. 14, § 8º; do art. 40, § 9º; e do art. 142, §§ 2º e 3º, cabendo a lei estadual específica dispor sobre as matérias do art. 142, § 3º, inciso X, sendo as patentes dos oficiais conferidas pelos respectivos governadores. (grifamos) [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98\)](#)

(...)

Art. 142.....

§ 3º Os membros das Forças Armadas são denominados militares, aplicando-se-lhes, além das que vierem a ser fixadas em lei, as seguintes disposições: [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998\)](#)

(...)

X - a lei disporá sobre o ingresso nas Forças Armadas, os limites de idade, a estabilidade e outras condições de transferência do militar para a inatividade, os direitos, os deveres, a remuneração, as prerrogativas e outras situações especiais dos militares, consideradas as peculiaridades de suas atividades, inclusive aquelas cumpridas por força de compromissos internacionais e de guerra. [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998\)](#)

Art. 21. Compete à União:

XIV - organizar e manter a polícia civil, a polícia penal, a polícia militar e o corpo de bombeiros militar do Distrito Federal, bem como prestar assistência financeira ao Distrito Federal para a execução de serviços públicos, por meio de fundo próprio; (grifamos) [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 104, de 2019\)](#)

Nessa linha, a PMDF é órgão de segurança pública do Distrito Federal, instituição organizada com base na hierarquia e disciplina e subordinada ao Exmº Sr. Governador do DF, concebida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. Parte-se do princípio de que a PMDF é destinada a realizar o policiamento ostensivo fardado, a fim de preservar a ordem pública e a proteção de pessoas e bens - vida, liberdade, integridade física, etc. (CF/88, § 5º, art. 144), assegurando um ambiente social livre de riscos e perigos, mediante o desenvolvimento de ações de prevenção e enfrentamento qualificado da violência e da criminalidade (LAZZARINI, Álvaro. Temas de Direito Administrativo, 2ª ed. rev. e ampl. - São Paulo: Editora Revista dos Tribunais. 2003, p. 76).

Para assegurar o cumprimento desse rol de atribuições, sob permanente risco de vida, **é necessário impor um regime jurídico específico ao policial militar, exigindo-se dele a capacidade física, intelectual, mental, psicológica, moral e ética, além da dedicação integral e da restrição a alguns direitos sociais.**

Em termos de organização, a PMDF tem sua estrutura básica definida pela Lei nº 6.450, de 14/10/1977, editada pelo Congresso Nacional. Por sua vez, o Decreto-Lei nº 667, de

02/07/1969 "Reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Território e do Distrito Federal". **Com relação ao regime jurídico, que estabelece direitos e deveres, destacam-se as seguintes normas:**

**Lei nº 7.289, de 18/12/1984** - Dispõe sobre o Estatuto dos Policiais-Militares da Polícia Militar do Distrito Federal;

**Lei nº 10.486, de 04/07/2002** - Dispõe sobre a remuneração dos militares do Distrito Federal;

**Lei nº 11.134 de 15/07/2005** - Institui a Vantagem Pecuniária Especial - VPE, devida aos militares da Polícia Militar do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (...) e dá outras providências.

**Lei nº 12.086, de 06/11/2009** - Altera a organização básica da PMDF, modifica o regime jurídico dos policiais militares e estabelece regras para promoção.

Considerando ainda as peculiaridades dos militares distritais, veio a lume a reforma da previdência, veiculada pela Emenda Constitucional nº 103/2019, a qual não contemplou os militares, devido à natureza das atribuições e do regime jurídico acima descrito. Porém, houve sensível alteração do regime de proteção social específico dos militares, disposto na Lei nº 13.954/2019, modificando o tempo de inativação e contribuição para o sistema de que se cuida, **o que reforça as peculiaridades inseridas nas carreiras dos policiais militares.**

## **II. 2 - Da Legislação que Trata da Remuneração e dos Proventos dos Policiais Militares**

No que pertine à remuneração dos militares distritais ou estaduais, conforme as dicções do § 1º do art. 42 c/c inciso X do § 3º do art. 142, o comando constitucional determinou que o ente federativo legislasse sobre a matéria.

Considerando as peculiaridades do Distrito Federal, na forma do inciso XIV do art. 21 da CF/88, segundo a qual compete à União organizar e manter a PMDF, foi editada a Lei nº 10.486, de 4 de julho de 2002, conhecida como Lei de Remuneração dos militares do DF. Registre-se que foram estabelecidos ainda outros direitos remuneratórios em leis esparsas, em tópicos específicos, como, por exemplo, na Lei nº 11.134, de 15 de julho de 2005, e também na Lei nº 12.086, de 06 de novembro de 2009, assim vejamos:

### **LEI Nº 10.486/2002**

#### **CAPÍTULO I**

#### **DA REMUNERAÇÃO**

##### **Seção I**

##### **Da composição e do Direito**

##### **Art. 1º A remuneração dos militares do Distrito Federal - Polícia**

Militar e Corpo de Bombeiros Militar, compõe-se de:

I - soldo;

II - adicionais:

a) de Posto ou Graduação;

b) de Certificação Profissional;

c) de Operações Militares;

d) de Tempo de Serviço, observado o art. 62 desta Lei;

III - gratificações:

a) de Representação;

b) de função de Natureza Especial;

c) de Serviço Voluntário.

Parágrafo único. As tabelas de soldo, adicionais e gratificações são as constantes dos Anexos I, II e III desta Lei.

Art. 2º Além da remuneração estabelecida no art. 1º desta Lei, os militares do Distrito Federal têm os seguintes direitos pecuniários:

I - observadas as definições do art. 3º desta Lei:

a) diária;

b) transporte;

c) ajuda de custo;

d) auxílio-fardamento;

e) auxílio-alimentação;

f) auxílio-moradia;

g) auxílio-natalidade;

h) auxílio-invalidéz;

i) auxílio-funeral;

II - observada a legislação específica:

a) assistência pré-escolar;

b) salário-família;

c) adicional de férias;

d) adicional natalino.

(...)

## **DOS PROVENTOS NA INATIVIDADE**

Art. 20. Os proventos na inatividade remunerada são constituídos das seguintes parcelas:

I - soldo ou quotas de soldo;

II - adicional de Posto ou Graduação;

III - adicional de Certificação Profissional;

IV - adicional de Operações Militares;

V - adicional de Tempo de Serviço;

VI - gratificação de representação.

§ 1º Para efeito de cálculos, os proventos são integrais ou proporcionais:

I - integrais, calculados com base no soldo; e

II - proporcionais, calculados com base em quotas do soldo, correspondentes a 1/30 (um trinta avos) do valor do soldo, por ano de serviço.

§ 2º Aplica-se o disposto neste artigo ao cálculo da pensão militar.

§ 3º O militar transferido para a reserva remunerada **ex officio**, por haver atingido a idade limite de permanência em atividade, no respectivo posto ou graduação, tem direito ao soldo integral.

§ 4º Os proventos do militar transferido para a inatividade serão calculados com base na remuneração correspondente ao cargo efetivo em que se deu o ato de sua transferência.

Art. 21. Além dos direitos previstos no art. 20, o militar na inatividade remunerada faz jus a:

I - adicional-natalino;

II - auxílio-invalidez;

III - assistência pré-escolar;

IV - salário-família;

V - auxílio-natalidade;

VI - auxílio-moradia;

VII - auxílio-funeral.

### **LEI Nº 11.134/2005**

Art. 1º Fica instituída a Vantagem Pecuniária Especial - VPE, devida mensal e regularmente, privativamente, aos militares do Distrito Federal - Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar, ativos e inativos e aos seus pensionistas, nos valores integrais estabelecidos na forma do Anexo I desta Lei.

Art. 1º -A. A Gratificação de Condição Especial de Função Militar - GCEF, instituída pelo [art. 2º da Lei nº 10.874, de 1º de junho de 2004](#), é devida mensal e regularmente aos militares da Polícia Militar do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, nos valores estabelecidos no Anexo I-A desta Lei. ([Redação dada pela Lei nº 12804, de 2013](#))

### **LEI Nº 12.086/2009**

Art. 117. Fica instituída a Gratificação por Risco de Vida, parcela remuneratória devida mensal e regularmente aos militares do Distrito Federal, conforme valores constantes do Anexo VI, gerando efeitos financeiros a partir das datas nele especificadas.

§ 1º A gratificação de que trata o caput integra os proventos da inatividade e as pensões.

No que toca às parcelas que integram a remuneração do policial militar da ativa, depreende-se que ele tem direito, de forma permanente, às seguintes verbas:

- Soldo; (Art. 1º Lei nº 10.486/2002)
- Adicional de Posto ou Graduação; (Art. 1º Lei nº 10.486/2002)
- Adicional de Certificação Profissional; (Art. 1º Lei nº 10.486/2002) (exceto para os alunos das Escolas de Formação inicial)
- Adicional de Operações Militares; (Art. 1º Lei nº 10.486/2002)
- Adicional de Tempo de Serviço. (Art. 1º Lei nº 10.486/2002, observado o art. 62 da mesma Lei)
- Gratificação de Representação (Art. 1º Lei nº 10.486/2002)
- Auxílio-Moradia; (Art. 2º Lei nº 10.486/2002)
- Gratificação por Risco de Vida; (Art. 117 da Lei nº 12.086/2009)
- Vantagem Pecuniária Especial; (Art. 1º da Lei 11.134/2005)
- Gratificação de Condição Especial de Função Militar; (Art. 1-A da Lei nº 11.134/2005)
- Auxílio-alimentação; (Art. 2º da Lei nº 10.486/2002)

Por sua vez, no caso do inativo, compõem de forma permanente os proventos do policial militar:

- Soldo; (art. 20 Lei nº 10.486/2002)
- Adicional de Posto ou Graduação; (art. 20 Lei nº 10.486/2002)
- Adicional de Certificação Profissional; (art. 20 Lei nº 10.486/2002)
- Adicional de Operações Militares; (art. 20 Lei nº 10.486/2002)
- Adicional de Tempo de Serviço. (art. 20 c/c art. 62 da Lei nº 10.486/2002)
- Gratificação de Representação (art. 20 Lei nº 10.486/2002)
- Auxílio-Moradia; (art. 21 Lei nº 10.486/2002)
- Gratificação por Risco de Vida; (Art. 117 da Lei nº 12.086/2009)
- Vantagem Pecuniária Especial; (Art. 1º da Lei 11.134/2005)
- Gratificação de Condição Especial de Função Militar; (Art. 1-A da Lei nº 11.134/2005)

Verifica-se que as parcelas que compõem a remuneração e os proventos do militar são semelhantes, com exceção do auxílio-alimentação, que é devido somente aos policiais militares em atividade. Nesse prisma, cumpre indicar que se trata de previsão legal, ao qual a Administração está vinculada a cumprir, conforme indica o princípio da legalidade (CF/88, art. 37, *caput*).

## II. 3 - Das Parcelas Pecuniárias de Caráter Permanente

No que tange ao **soldo**, o seu conceito jurídico é delineado no art. 3º da Lei de Remuneração que descreve que é a parcela básica mensal da remuneração e dos proventos, inerentes ao posto ou à graduação do militar sendo irredutível, conforme constante da Tabela I do Anexo I da Lei nº 10.486/2002. Assim essa parcela é tanto para ativos como para inativos, e se modifica a depender do Posto ou da Graduação.

Em relação ao **Adicional de Posto ou Graduação** a legislação destaca que é parcela remuneratória mensal devida ao militar, inerente à cada círculo hierárquico da carreira militar, conforme constante da Tabela I do Anexo II da Lei nº 10.486/2002. Seus percentuais variam de 50 a 80% sobre o soldo do militar e seus valores são para ativos e inativos.

O **Adicional de Certificação Profissional**, por sua vez, é composto pelo somatório dos percentuais referentes a 1 (um) curso de formação, que corresponde a 10% sobre o soldo, 1 (um) de especialização ou habilitação, no importe de 15% sobre o soldo, 1 (um) de aperfeiçoamento, correspondente a 20% sobre o soldo, e 1 (um) de altos estudos, representando 30% sobre o soldo, inerente aos cursos realizados com aproveitamento, constantes da Tabela II do Anexo II da Lei nº 10.486/2002. Igualmente, é parcela remuneratória que é paga para ativos e inativos.

No que se refere ao **Adicional de Operações Militares**, esta é parcela remuneratória mensal paga ao militar, seja ativo ou inativo, pelo desempenho de operações militares e para compensação dos desgastes orgânicos e danos psicossomáticos decorrentes do desempenho das atividades técnico-profissionais nos respectivos Quadros, conforme constante da Tabela III do Anexo II da Lei de Remuneração. Seu valor é 12,70% e incide sobre o soldo do Coronel.

No que tange ao **Adicional de Tempo de Serviço**, este é parcela remuneratória mensal devida ao militar, ativo ou inativo, inerente ao tempo de serviço, que adquiriu desde seu ingresso até 5 de setembro de 2001, na forma do art. 62 da Lei de remuneração, conforme constante da Tabela IV do Anexo II. Seus valores são de 1% do soldo relativo a cada ano.

Já a **Gratificação de Representação**, a legislação reza que esta é parcela remuneratória mensal para militares ativos e inativos, conforme constante da Tabela I do Anexo III da Lei nº 10.486/2002. Seus valores são de 1% do soldo do militar.

O **Auxílio-Moradia**, por sua vez, é um direito pecuniário mensal devido ao militar, pago para ativos e inativos, para auxiliar nas despesas com habitação para si e seus dependentes, conforme a Tabela III do Anexo IV, da Lei nº 10.486/2002. Com efeito, este foi regulamentado pelo Decreto Distrital nº 35.181, de 18 de fevereiro de 2014<sup>[1]</sup>, e seus valores são especificados diretamente no Decreto, que se alteram a depender do Posto ou da Graduação, assim vejamos:

DECRETO Nº 35.181, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º O auxílio-moradia devido aos militares do Distrito Federal, na ativa e na inatividade, consiste no direito pecuniário mensal destinado a auxiliar nas despesas com habitação para si e seus dependentes.

Art. 2º Os valores do auxílio-moradia de que trata este Decreto e



suas respectivas vigências passam a vigorar, conforme estabelecido na Tabela III do Anexo IV, da Lei Federal nº 10.486, de 4 de julho de 2002, nos termos do disposto Anexo Único deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

#### Anexo único

POSTO DE GRADUAÇÃO	01/09/2014		01/09/2015		01/09/2016	
	AMCD	AMSD	AMCD	AMSD	AMCD	AMSD
CORONEL	1.200,00	400,00	2.400,00	800,00	3.600,00	1.200,00
TENENTE CORONEL	1.157,87	385,96	2.315,74	771,91	3.473,61	1.157,87
MAJOR	1.085,55	361,85	2.171,10	723,70	3.256,66	1.085,55
CAPITÃO	871,17	290,39	1.742,35	580,78	2.613,52	871,17
PRIMEIRO TENENTE	761,54	253,85	1.523,09	507,70	2.284,63	761,54
SEGUNDO TENENTE	717,90	239,30	1.435,81	478,60	2.153,71	717,90
ASP OFICIAL	604,49	201,50	1.208,99	403,00	1.813,48	604,49
ALUNO 3º ANO	342,62	114,21	685,24	228,41	1.027,86	342,62
ALUNO 1º/2º ANO	283,53	94,51	567,06	189,02	850,59	283,53
SUBTENENTE	647,51	215,84	1.295,03	431,68	1.942,54	647,51
PRIMEIRO-SARGENTO	587,83	195,94	1.175,66	391,89	1.763,50	587,83
SEGUNDO-SARGENTO	505,36	168,45	1.010,71	336,90	1.516,07	505,36
TERCEIRO-SARGENTO	466,17	155,39	932,35	310,78	1.398,52	466,17
CABO	385,94	128,65	771,89	257,30	1.157,83	385,94
SOLDADO	365,19	121,73	730,38	243,46	1.095,58	365,19
SOLDADO 2ª CLASSE	283,53	94,51	567,06	189,02	850,59	283,53

AMCD – Auxílio Moradia com Dependentes  
AMSD – Auxílio Moradia sem Dependentes

Considerando esta verba pecuniária, verifica-se de pronto que ela integra a remuneração e os proventos do policial militar, esteja ele na atividade ou não (Lei nº 10.486/2002, art. 2º, inciso I, alínea "f"; art. 3º, inciso XIV; art. 21, inciso VI). Mais adiante será observado em detalhes a sua natureza jurídica e outros aspectos envolvendo esta parcela.

A **Gratificação por Risco de Vida** é parcela remuneratória, de caráter permanente, devida mensalmente ao militar, cujos valores constam do Anexo VI da Lei nº 12.086/2009. O valor desta parcela é fixado em R\$ 1.000,00 para cada militar, ativo ou inativo, sem distinção do grau hierárquico.

No que versa sobre a **Vantagem Pecuniária Especial (VPE)**, esta é devida mensal e regularmente aos militares do Distrito Federal, ativos e inativos e aos seus pensionistas, nos valores integrais estabelecidos na forma do Anexo I desta Lei 11.134/2005. A VPE é escalonada e seu valor se modifica a depender do Posto ou da Graduação.

Por fim, no que tange às parcelas de caráter permanente, a **Gratificação de Condição Especial de Função Militar** é devida mensal e regularmente aos militares da Polícia Militar do DF, nos valores estabelecidos no Anexo I-A da Lei nº 11.134/2005. Atualmente a verba é de R\$ 406,89 independentemente do Posto ou da Graduação. A legislação destaca que a GCEF integra os proventos na inatividade remunerada dos militares, que modo que o benefício também é pago para ativos e inativos.

## II. 4- Das Parcelas Pecuniárias de Caráter Eventual



Já em relação às parcelas de caráter eventual, a legislação enumera um rol extenso, e sua ocorrência dependerá do fato gerador e da situação especial concreta que envolve o benefício. Assim, citamos todas as verbas de caráter eventual:

- Gratificação de função de Natureza Especial;
- Gratificação de Serviço Voluntário;
- Diária;
- Transporte;
- Ajuda de custo;
- Auxílio-fardamento;
- Auxílio-alimentação;
- Auxílio-natalidade;
- Auxílio-invalidez;
- Auxílio-funeral;
- Assistência pré-escolar;
- Salário-família;
- Adicional de férias;
- Adicional natalino.

Considerando o rol de parcelas eventuais acima, passamos a descrever em detalhes cada uma delas.

A **Gratificação de Função de Natureza Especial** é a parcela remuneratória mensal devida aos militares em cargo de função de natureza especial eventual, não podendo ser acumulável com a gratificação de serviço voluntário ou qualquer outra remuneração decorrente do exercício de função comissionada, conforme constante da Tabela II do Anexo III e regulamentado pelo Governo do Distrito Federal. O tema foi regulado pelo Decreto nº 41.191, de 11 de setembro de 2020 e será devida aos policiais militares pelo exercício dos cargos e funções previstas no anexo do Decreto, cuja nomeação compete ao Comandante-Geral da Corporação. Observa-se do aludido Decreto, que somente 364 policiais militares podem ocupar os cargos listados, visto que são funções de confiança.

No que se refere à **Gratificação de Serviço Voluntário**, segundo a Lei de Remuneração, observamos que é a parcela remuneratória devida ao militar que voluntariamente, durante seu período de folga, apresentar-se para o serviço de policiamento, prevenção de combate a incêndio e salvamento, atendimento pré-hospitalar ou segurança pública de grandes eventos ou sinistros, com jornada não inferior a 8 (oito) horas, na conveniência e necessidade da Administração, conforme regulamentação a ser baixada pelo Governo do Distrito Federal. Esta gratificação foi regulamentada na PMDF pelo Decreto nº 39.627, de 11 de janeiro de 2019, estabelecendo os valores e as respectivas cotas anuais, além descrever que só fará jus a gratificação os militares que trabalharem, voluntariamente, durante o período de folga, donde depreende-se que não serão todos os militares que receberão tal parcela.

Em relação à **diária**, a legislação prevê que é um direito pecuniário devido ao militar que se

afastar da sede, em serviço de caráter eventual, para outro ponto do território nacional ou no exterior, pago adiantadamente, destinado a cobrir as correspondentes despesas de pousada, alimentação e locomoção urbana, utilizando os parâmetros estabelecidos na legislação federal e conforme regulamentação no âmbito das respectivas Corporações. Portanto, trata-se de uma verba indenizatória em razão de custos adicionais que o militar terá ao se afastar da sede.

Já o **transporte**, observamos que se trata de outra verba de caráter indenizatório, visto que é direito pecuniário devido ao militar para custear despesas com transporte, seja passagens aéreas ou terrestre, quando estas não forem realizadas por conta de qualquer outro órgão ou entidade, nas movimentações e viagens por interesse do serviço ou conveniência administrativa, incluindo a necessidade de internação hospitalar decorrente de prescrição médica, utilizando os parâmetros estabelecidos na legislação federal e conforme regulamentação do Governo do Distrito Federal.

Outra verba que possui caráter eventual é a **ajuda de custo**, que conforme a definição legal, é direito pecuniário devido ao militar, pago adiantadamente, por ocasião de transferência para a inatividade ou quando se afastar de sua sede em razão de serviço, para custeio das despesas de locomoção e instalação, exceto as de transporte, nas movimentações para fora de sua sede, conforme Tabela I do Anexo IV.

Ainda no bojo das verbas indenizatórias, o **auxílio-fardamento**, conforme sua definição legal, é direito pecuniário devido ao militar para custear gastos com fardamento, conforme Tabela II do Anexo IV, regulamentado pelo Governo do Distrito Federal. O auxílio foi regulado na forma do Decreto nº 23.391, de 26 de novembro de 2002 e é pago, regra geral, uma vez ao ano.

Destarte, o **auxílio-alimentação**, outra verba indenizatória, é o direito pecuniário mensal devido ao militar para custear gastos com alimentação, regulamentado pelo Governo do Distrito Federal. A matéria foi regulada na forma do Decreto nº 35.182, de 18 de fevereiro de 2014, e estipulou o valor de R\$ 850,00 para cada policial militar. o benefício somente é pago para militares da ativa.

A **Assistência Pré-Escolar**, é uma verba indenizatória prevista na Lei nº 10.486/2002, e regulada na forma da Portaria PMDF nº 449/2005, tem por objetivo oferecer aos militares, na atividade e inatividade remunerada da Polícia Militar do Distrito Federal, a assistência pré-escolar, alcançando cada dependente na faixa etária compreendida desde o nascimento até 06 anos de idade, inclusive.

A legislação prevê ainda o **adicional de férias** e o **adicional natalino** que são institutos que já se mostram regulados na própria Constituição da República. Tais verbas são pagas uma vez ao ano.

Por fim, outras verbas não permanentes do militar previstas na Lei nº 10.486/2002, são o **auxílio-natalidade**, direito pecuniário devido ao militar por motivo de nascimento de filho, conforme Tabela IV do Anexo IV, o **auxílio-invalidez**, direito pecuniário devido ao militar na inatividade, reformado como inválido, por incapacidade para o serviço ativo, conforme Tabela V do Anexo IV e o **auxílio-funeral**, direito pecuniário devido ao militar por morte do cônjuge, do companheiro ou companheira, reconhecido junto à Corporação ou do dependente, ou ainda ao beneficiário no caso de falecimento do militar, conforme Tabela VI do Anexo IV.

## II. 5 - Da Natureza do Auxílio-Moradia

Observa-se da Lei nº 10.486/2002 que o auxílio-moradia é um direito pecuniário pago aos militares do Distrito Federal e compõe o Capítulo I - "Da Remuneração" - dos integrantes da Polícia e do Corpo de Bombeiros Militar, elencados na seção I - "Da composição e do Direito". No artigo 3º da Lei nº 10.486/2002 ele é assim conceituado, *verbis*:

Art. 3º

(...)

XIV - auxílio-moradia - direito pecuniário mensal devido ao militar, **na ativa e na inatividade**, para auxiliar nas despesas com habitação para si e seus dependentes, conforme a Tabela III do Anexo IV, regulamentado pelo Governo do Distrito Federal; (grifamos)

No que tange à conceituação de direito pecuniário, o auxílio-moradia se equipara a remuneração, tanto é que é mencionado no Capítulo I da Lei nº 10.486/2002, sendo que toda a Seção I do respectivo Capítulo é regra de composição e do direito no que versa sobre a remuneração integral do militar.

Por outro lado, sua natureza é híbrida, visto ser de caráter indenizatório, com característica peculiar de ser verba de caráter permanente, considerando que é uma parcela que visa auxiliar nas despesas com habitação do militar, ativo ou inativo, além de seus dependentes.

Aliado a isso, o auxílio-moradia pago aos policiais militares, em razão das peculiaridades legais envolvidas, não se assemelha a outro instituto com o mesmo nome existente em outras categorias do serviço público, seja no âmbito da União ou do Distrito Federal, visto que tal benefício consiste no direito pecuniário mensal destinado a auxiliar nas despesas com habitação do policial militar e de seus dependentes, equiparando-se a um benefício assistencial.

Esse benefício de natureza indenizatória, porém permanente e com contornos assistenciais, diferencia-se de outras parcelas pagas a título de indenização ao militar e que são previstas na Lei nº 10.486/2002, como as listadas acima, a exemplo do auxílio-alimentação, o auxílio fardamento, auxílio natalidade e diárias.

### II.6 - Da Licença Especial

Dentre os direitos assegurados aos policiais militares, a Licença Especial é prevista na Lei nº 7.289/84, que nada mais é do que a autorização para afastamento total do serviço policial militar, relativa a cada decênio de tempo de efetivo serviço prestado à sociedade do Distrito Federal, assim vejamos:

Lei federal n. 7.289/1984:

"Art 66 - Licença é a autorização para afastamento total do serviço,

em caráter temporário, concedida ao policial-militar, obedecidas as disposições legais e regulamentares.

§ 1º - A licença pode ser:

I - especial; .....

2º - A remuneração do policial-militar, quando em qualquer das situações de licença constantes do parágrafo anterior, será regulada em legislação específica ou peculiar.

Art 67 - A licença especial é a autorização para afastamento total do serviço, relativa a cada decênio de tempo de efetivo serviço prestado, concedida ao policial-militar que a requerer, sem que implique em qualquer restrição para a sua carreira.

§ 1º - A licença especial tem a duração de 6 (seis) meses, a ser gozada de uma só vez, podendo ser parcelada em 2 (dois) ou 3 (três) meses por ano civil, quando solicitado pelo interessado e julgado conveniente pela autoridade competente. (grifamos)

Depreende-se da legislação, que o usufruto da Licença Especial não acarretará em qualquer restrição para a carreira dos policiais militares, além de que o benefício poderá ser utilizado para fins de contagem em dobro para a passagem para a inatividade.

## **II. 7 - Das Férias**

As férias, além de sua previsão na Constituição da República, é tratada na Lei nº 7289/1984 sendo conceituada como afastamentos totais do serviço, anual e obrigatoriamente concedidos aos policiais-militares para descanso, a partir do último mês do ano a que se referem, e durante todo o ano seguinte.

Embora seja um direito que deva ser usufruído anualmente, há casos especiais em que seu gozo fica prejudicado, de modo que alguns militares passam para a reserva remunerada sem o usufruto do benefício.

Assim, a legislação elenca os casos especiais em que se terá interrompido o direito de férias, bem como as hipóteses em que o militar deixa de gozar, assim vejamos:

Lei nº 7289/1984

Art. 63 .....

§ 3º - Somente em casos de interesse da Segurança Nacional, da manutenção da ordem, de extrema necessidade do serviço ou de transferência para a inatividade, para cumprimento de punição decorrente de transgressão disciplinar de natureza grave e em caso de baixa a hospital, os policiais-militares terão interrompido ou deixado de gozar, na época prevista, o período de férias a que tiverem direito, registrando-se, então, o fato em seus assentamentos.

Com efeito, considerando as peculiaridade da carreira, conforme acima detalhado, há

situações em que é necessária a postergação das férias do militar, considerando sua atividade ímpar no que tange à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, da extrema necessidade do serviço. Além disso, há hipóteses em que, em razão da baixa hospitalar, fica impossibilitado de usufruir do benefício, o que poderá acarretar o seu acúmulo indesejado.

Nesse sentido, assim como as licenças especiais, as férias poderão ser pagas em pecúnia quando da passagem do militar para a inatividade e sua base de cálculo deverá seguir a mesma sistemática, visto que são institutos semelhantes, no que toca a afastamentos totais do serviço sem a incidência de quaisquer prejuízos para a carreira.

## **II.8 - Da Base de Cálculo para a Conversão da Licença Especial ou das Férias em Pecúnia**

Com efeito, a indenização correspondente às remunerações dos períodos de licença-especial ou férias não gozadas pelos integrantes das carreiras militares distritais segue o mesmo fundamento jurídico que repele o enriquecimento sem causa da Administração Pública para a licença-prêmio não usufruída por servidores públicos durante a atividade funcional.

Em reforço a tal princípio jurídico, o direito do policial militar de ser indenizado quanto à licença-especial e às férias não gozadas durante a atividade é expressamente capitulado na Lei federal n. 10.486/2002, assim vejamos:

Art. 19. O militar, ao ser transferido para a inatividade remunerada, além dos direitos previstos no inciso XI do art. 3º e nos arts. 20 e 21 desta Lei, fará jus ao valor relativo ao período integral das férias a que tiver direito não gozadas por necessidade do serviço e ao incompleto, na proporção de 1/12 (um doze avos) por mês de efetivo serviço, sendo considerada como mês integral a fração igual ou superior a 15 (quinze) dias, **BEM COMO LICENÇAS NÃO GOZADAS**. (Redação dada pela Lei nº 12.086, de 2009). (grifamos)

Conforme dito outrora, à luz do Estatuto dos Policiais Militares da Polícia Militar do Distrito Federal, na forma do art. 67, o usufruto da Licença Especial não acarretará em qualquer prejuízo para a carreira do policial militar, e caso ele solicite o gozo do benefício, por óbvio não poderá sofrer qualquer restrição quanto aos vencimentos e verbas pecuniárias que lhe são pagas no período correspondente.

Assim, se o valor percebido pelo militar durante o período de usufruto da Licença Especial compreende todas as parcelas elencadas no item 11 deste opinativo, considerando serem verbas permanentes – tendo em vista que o seu gozo não implicará “qualquer restrição para a sua carreira”, na forma do art. 67 da Lei nº 7.289, de 1984, – é consectário lógico que a sua respectiva conversão em pecúnia, caso ocorra, igualmente não sofrerá qualquer restrição.

Nessa linha, quando do usufruto da Licença Especial e das férias haverá a percepção regular de todas as parcelas que compõem a remuneração e os direitos pecuniários do militar, conforme elencado no item anterior, de modo a cumprir o comando legal delineado no art. 67 da Lei nº 10.486/2002. Assim, por consequência lógica, não há que se cogitar em

qualquer restrição para o policial militar na hipótese de conversão do instituto em pecúnia. Dito isso, vislumbra-se que a base de cálculo para o pagamento da Licença Especial ou férias não gozadas quando o militar distrital passa para a inatividade, a depender do Posto ou da Graduação, conforme se extrai do art. 19 da Lei nº 10.486/2002, **é o somatória de todas as parcelas que integram os proventos do militar**, e por óbvio aquelas que possuem caráter permanente e são pagas indistintamente a qualquer dos membros da corporação militar.

Tal conclusão já foi objeto de análise no âmbito do colendo Superior Tribunal de Justiça, oportunidade em que ficou definido que **o auxílio-alimentação, o abono de permanência e a saúde suplementar têm natureza remuneratória de caráter permanente e, por isso, integram o patrimônio do servidor, motivo por que as sobreditas verbas deveriam ser incluídas na base de cálculo quando da conversão de licença prêmio ou especial em pecúnia** (REsp. 1.489.904/RS; AgInt no AREsp 475822 DF). Nesse ínterim, convém colacionar o precedente do STJ:

#### EMENTA

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. LICENÇA-PRÊMIO NÃO GOZADA. CONVERSÃO EM PECÚNIA CONCEDIDA NO TÍTULO JUDICIAL. BASE DE CÁLCULO. REMUNERAÇÃO (REDAÇÃO ORIGINAL DO ART. 87 DA LEI 8.112/1990). INCLUSÃO DO ABONO DE PERMANÊNCIA. NATUREZA REMUNERATÓRIA. INCIDÊNCIA.

1. Trata-se de Recurso Especial com escopo principal de reconhecimento da natureza indenizatória do abono de permanência em serviço (art. 7º da Lei 10.887/2004) e, com isso, afastamento de sua incidência sobre a base de cálculo da licença-prêmio indenizada cobrada em Execução de Sentença, ao contrário do que decidido na origem.

2. Não há nulidade do acórdão dos Embargos de Declaração por violação do art. 535 do CPC, pois o Tribunal a quo julgou integralmente a lide, não se vislumbrando os vícios aduzidos pela recorrente.

3. A matéria a ser enfrentada envolve definir a natureza jurídica da base de cálculo da licença-prêmio indenizada e se o abono de permanência em serviço repercute em tal benefício trabalhista dos servidores públicos regidos pela Lei 8.112/1990.

4. A licença-prêmio não gozada convertida em pecúnia (redação original do art. 87 da Lei 8.112/1990) concedida no título exequendo tem como base de cálculo, segundo a própria previsão legal, "a remuneração do cargo efetivo".

5. O abono de permanência em serviço consiste em prestação pecuniária devida àqueles servidores que, mesmo reunidas as condições para aposentadoria, optam por continuar trabalhando, conforme arts. 40, § 19, da CF; 3º, § 1º, da EC 41/2003; e 7º da Lei 10.887/2004.

6. Segundo o art. 41 da Lei 8.112/1990, remuneração "é o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias

permanentes estabelecidas em lei".

7. O abono de permanência é indubitavelmente uma vantagem pecuniária permanente, pois essa contraprestação se incorpora ao patrimônio jurídico do servidor de forma irreversível ao ocorrer a reunião das condições para a aposentadoria, associada à continuidade do labor. Não é, portanto, possível atribuir eventualidade ao pagamento da citada vantagem, pois somente com o implemento da aposentadoria ela cessará.

8. O STJ, sob o regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 8/2008, já se manifestou sobre a natureza jurídica do abono de permanência para fins tributários, de forma a assentar o seu caráter remuneratório. A propósito: EDcl no REsp 1.192.556/PE, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Primeira Seção, DJe 17.11.2010).

9. Assim, considerando que a base de cálculo da licença-prêmio é a remuneração do servidor e que o abono de permanência tem caráter remuneratório, não merece reparo o acórdão recorrido.

10. Recurso Especial não provido. (RECURSO ESPECIAL Nº 1.489.904 - RS (2014/0271330-0) RELATOR : MINISTRO HERMAN BENJAMIN).

Assim, conforme firmado na Corte Superior, é de se considerar que caso a verba tenha **caráter permanente**, a interpretação é no sentido de computá-la na base de cálculo para os pagamentos da "licença-prêmio" convertida em pecúnia, e interpretação similar deve ser utilizada para o caso da Licença Especial prevista no art. 66 da Lei nº 7.289/1984, visto que o instituto é análogo no que tange aos policiais militares.

Isso porque, os comandos jurídicos extraídos do julgado da colenda Corte Superior indicam similaridade entre o caso envolvendo os militares do DF e o que fora analisado com repercussão geral, os quais extraem, segundo as regras de hermenêutica jurídica, que onde houver o mesmo fundamento haverá o mesmo direito - *Ubi eadem ratio ibi idem jus* - revelando também que deverá prevalecer ainda a mesma razão de decidir - *Ubi eadem legis ratio ibi eadem dispositio*.

Destarte, vislumbra-se que a base de cálculo para o pagamento da Licença Especial ou das férias em pecúnia é o mesmo dos proventos do policial militar, e conforme a dicção do § 4º do art. 20 da Lei nº 10.486/2002, *os proventos do militar transferido para a inatividade serão calculados com base na remuneração correspondente ao cargo efetivo em que se deu o ato de sua transferência*.

### III - CONCLUSÃO

Ante o exposto, após análise detida da legislação que rege os policiais militares do Distrito Federal, das parcelas que compõem a remuneração e os proventos, conclui-se que a base de cálculo para se chegar aos pagamentos das Licenças Especiais e das férias não gozadas, à luz do art. 19 da Lei de Vencimentos, Lei nº 10.486/2002, é o somatória das parcelas devidas a título de proventos, **desde que estas tenham caráter permanente** e que tenham incorporado ao patrimônio financeiro mensal do militar em caráter definitivo.



O regime jurídico imposto aos policiais militares, conforme citado neste opinativo, reconhece peculiaridades especiais aos seus membros, dentre estas a contida no art. 67 da Lei nº 7.289, de 1984, ao afirmar que o gozo da Licença Especial não implicará qualquer prejuízo ou restrição para a carreira do militar, e por óbvio, nos casos de eventual conversão em pecúnia do benefício se aplicará, por questões de justiça, a mesma sistemática, afastando-se assim qualquer restrição não desejada pelo legislador.

O Superior Tribunal de Justiça, sob o regime do art. 543-C do Código de Processo Civil vigente à época, e da Resolução STJ 8/2008, com repercussão para outros casos análogos, firmou o entendimento de que somente se afastaria o cômputo de determinada verba da base de cálculo para a conversão em pecúnia da "licença-prêmio", instituto análogo à Licença Especial, se tal verba tivesse o caráter exclusivamente indenizatório. Assim, conforme o brocardo de hermenêutica, *ubi eadem legis ratio ibi eadem dispositio*, onde há a mesma razão de ser, deve prevalecer a mesma razão de decidir, razão pela qual a base de cálculo que compõe a conversão da Licença Especial e férias não gozadas quando da passagem para a inatividade compreende as seguintes parcelas:

- Soldo; (art. 20 Lei nº 10.486/2002)
- Adicional de Posto ou Graduação; (art. 20 Lei nº 10.486/2002)
- Adicional de Certificação Profissional; (art. 20 Lei nº 10.486/2002)
- Adicional de Operações Militares; (art. 20 Lei nº 10.486/2002)
- Adicional de Tempo de Serviço. (art. 20 c/c art. 62 da Lei nº 10.486/2002)
- Gratificação de Representação (art. 20 Lei nº 10.486/2002)
- Auxílio-Moradia; (art. 21 Lei nº 10.486/2002)
- Gratificação por Risco de Vida; (Art. 117 da Lei nº 12.086/2009)
- Vantagem Pecuniária Especial; (Art. 1º da Lei 11.134/2005)
- Gratificação de Condição Especial de Função Militar; (Art. 1-A da Lei nº 11.134/2005)

Essas são as singelas considerações, sem embargos a entendimento contrário.

JANAILDO BENTO DE SOUZA - MAJ QOPM  
Assessor da AJL/GCG

---

### **DESPACHO DO CHEFE DA AJL/GCG**

1. De acordo.
2. Ao Senhor Chefe do Gabinete do Comandante-Geral, para fins de

apreciação e decisão.

DISNEY LUIZ MARTINS - MAJ QOPM  
Subchefe da Assessoria Jurídico-Legislativa

---

### DESPACHO DO CHEFE DO GCG

1. De acordo.

2. No uso das atribuições contidas no art. 4º, *caput* e incisos I e II, do Regimento Interno do GCG, aprovado pela Portaria PMDF nº 971/2015, submeta-se o feito ao Exmo. Senhor Comandante-Geral, para fins de apreciação e decisão.

JUVENILDO DOS SANTOS CARNEIRO - TC QOPM  
Chefe do Gabinete do Comandante-Geral em Exercício



Documento assinado eletronicamente por **JANAILDO BENTO DE SOUZA - MAJ QOPM, Matr.0020579-6, Analista Jurídico(a)-Legislativo**, em 05/01/2021, às 15:58, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **JUVENILDO DOS S CARNEIRO - TC QOPM, Matr.0050568-4, Chefe de Gabinete do Comandante-Geral**, em 05/01/2021, às 16:00, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **DISNEY LUIZ MARTINS - MAJ QOPM, Matr.0050814-4, Policial Militar.**, em 05/01/2021, às 16:00, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
verificador= **52588367** código CRC= **417F3B17**.

Setor Policial Sul Área Especial 04 - Bairro Asa Sul - CEP 70610-212 - DF

31900030

---

00054-00130762/2020-01

Doc. SEI/GDF 52588367